



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, abril/2001

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Fabio de Oliveira Barbosa

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Ana Teresa Holanda de Albuquerque

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Cleber Ubiratan de Oliveira

Daniel Silva Balaban

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

COLABORADORES

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Otávio Ladeira de Medeiros

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional, Brasília, vol. 7 – nº 4, abril de 2001. Mensal. Gratuita.

Resultado do Tesouro Nacional. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: STN, abril, 2001, vol. 7, nº 4.

Título varia: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional
ISSN 1519-2970

1.Execução financeira 2. Operação de crédito 3. Financiamento 4. Dívida mobiliária interna
I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional II. Título

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O Governo Central registrou em abril superávit primário de R\$ 6,6 bilhões. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 7,4 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 682,4 milhões e R\$ 76,1 milhões, respectivamente. Com o resultado observado em abril, o superávit acumulado no primeiro quadrimestre do ano atingiu R\$ 13,3 bilhões, equivalente a 3,50% do PIB estimado para o período.

O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 6,6 bilhões em abril de 2001. No ano, o superávit primário é equivalente a 3,50% do PIB.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2000-2001**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Mar 2001	Abr 2001	Jan- 2000	Jan- 2001
I. RECEITA TOTAL	21.642,4	24.653,4	74.993,5	87.460,6
I.1. Receitas do Tesouro	16.995,0	19.871,1	58.461,7	68.631,6
I.1.1 Receita Bruta	17.277,2	20.067,0	59.876,9	69.824,7
I.1.2. (-) Restituições	(253,0)	(132,4)	(1.023,2)	(991,2)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(29,2)	(63,5)	(392,0)	(201,9)
I.2. Receitas da Previdência Social	4.647,4	4.782,3	16.531,7	18.829,0
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.319,4	3.632,5	13.357,1	15.130,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	18.323,0	21.020,9	61.636,4	72.330,5
IV. DESPESA TOTAL	14.671,3	14.342,3	50.485,7	58.773,1
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.781,3	4.862,6	17.948,4	20.508,4
IV.2. Benefícios Previdenciários	5.448,1	5.464,8	18.934,6	21.474,6
IV.3. Custeio e Capital	4.442,0	4.014,9	13.602,7	16.790,1
IV.3.1. Despesas do FAT	604,9	312,2	1.620,2	1.664,1
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	341,7	201,2	560,6	1.078,6
IV.3.3. Outras Despesas	3.495,4	3.501,5	11.421,9	14.047,4
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	3.651,7	6.678,6	11.150,7	13.557,5
V.1. Tesouro Nacional	4.452,3	7.361,0	13.553,5	16.203,1
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(800,6)	(682,4)	(2.402,8)	(2.645,6)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	(43,3)	(76,1)	(197,3)	(223,2)
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	3.608,4	6.602,5	10.953,4	13.334,2
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,29%	3,50%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Abri (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receita Total	22,5%	23,0%
Transferências	4,0%	4,0%
Receita Líquida	18,5%	19,0%
Despesa Total	15,1%	15,4%
Resultado Primário	3,3%	3,5%

No ano, a melhora do resultado primário do Governo Central em 0,2 ponto percentual do PIB reflete, por um lado, a elevação de receitas do Tesouro, notadamente as decorrentes de concessões de serviços de telefonia e dividendos pagos à União (0,7 ponto percentual do PIB) e da Cofins (0,3 ponto percentual do PIB). A redução relativa de outros tributos, sobretudo IRPJ e CSLL (0,5 ponto percentual do PIB), decorre dos ingressos expressivos de receitas atípicas no primeiro quadrimestre de 2000.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: Abr2001/Abr2000	
Receitas	16,6%
Tesouro	17,4%
Previdência	13,9%
Transferências	13,3%
Receita Líquida	17,4%
Despesas	16,4%
Benefícios	13,4%
Pessoal	14,3%
Custeio e Capital	23,4%

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
Jan-Abr (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Tesouro Nacional	4,1%	4,3%
Previdência Social	-0,7%	-0,7%
Banco Central	-0,1%	-0,1%
Governo Central	3,3%	3,5%

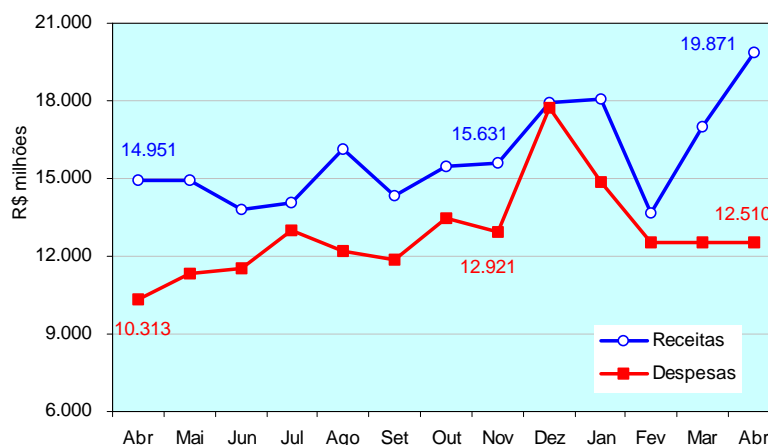
Por outro lado, no que se refere às despesas do Tesouro, o incremento de 0,3 ponto percentual do PIB deveu-se à alocação de mais recursos à área da Saúde, bem assim, de subsídios à agricultura e às exportações. Adicionalmente, vale lembrar que, no primeiro quadrimestre de 2000, as despesas com custeio e capital estavam subordinadas à regra do duodécimo.

A Previdência Social, por sua vez, manteve seu déficit em 0,7% do PIB no quadrimestre. Do lado da receita, houve crescimento da arrecadação, que pode ser explicado pelo esforço de recuperação de receitas e pelo crescimento do emprego formal. Do lado da despesa, mereceram destaque os efeitos decorrentes da reforma previdenciária, os quais vêm contribuindo para redução do ritmo de crescimento das concessões de benefícios, em particular aqueles vinculados ao tempo de contribuição.

Tesouro Nacional

O Tesouro Nacional obteve superávit primário de R\$ 16,2 bilhões no primeiro quadrimestre do ano, valor equivalente a 4,3% do PIB estimado para o período. A arrecadação apresentou incremento de R\$ 10,2 bilhões em relação a idêntico período do ano anterior, correspondente a 0,5 ponto percentual do PIB. Tal comportamento é explicado, principalmente, pelo acréscimo nas receitas de concessão de serviços de telefonia e de dividendos pagos à União, que responderam, em conjunto, por um aumento equivalente a 0,7 ponto percentual do PIB em relação ao ano anterior. Este crescimento mais que compensou a queda de 0,5 ponto percentual do PIB em impostos e contribuições que, no primeiro quadrimestre de 2000, registraram ingressos extraordinários.

Receitas e Despesas do Tesouro Nacional
Brasil, 2000/2001



O superávit primário do Tesouro Nacional em 2001 totalizou R\$ 16,2 bilhões até abril (cerca de 4,3% do PIB).

Por sua vez, as despesas passaram de R\$ 31,6 bilhões para R\$ 37,3 bilhões, o que representou um aumento de 0,3 ponto percentual do PIB. Tal incremento foi integralmente observado nas despesas de custeio e capital, em decorrência, principalmente, da aplicação da regra do duodécimo até abril de 2000, sem correspondência em 2001. A isso adiciona-se o aumento de recursos destinados a ações na área da Saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29/00. Também houve elevação dos gastos com subsídios à agricultura e às exportações, com destaque para o item Aquisições do Governo Federal (AGF), cujas despesas foram influenciadas pelas compras de milho e arroz, e para o Programa de Financiamento às Exportações (Proex). Nesse caso, em particular, o aumento da despesa refletiu não apenas as condições de demanda mas também a evolução da taxa de câmbio.

Por fim, as despesas com pessoal e encargos mantiveram-se em 5,4% do PIB, com crescimento nominal de R\$ 2,6 bilhões, reflexo basicamente do realinhamento de carreiras observadas no período e das alterações na remuneração dos servidores das Forças Armadas.

No mês de abril, a receita bruta do Tesouro Nacional atingiu R\$ 19,9 bilhões, superando em R\$ 2,9 bilhões o montante registrado no mês anterior. Esse crescimento é explicado, em grande medida, pelo recolhimento de dividendos da União, no valor de R\$ 879,4 milhões, dos quais R\$ 549,9 milhões referentes ao pagamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e R\$ 378,7 milhões pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND); neste último caso relativos aos exercícios de 1999 e 2000.

No âmbito dos tributos administrados pela SRF, o destaque foi o aumento de R\$ 832,4 milhões (474,1%) na arrecadação do IRPF, decorrente do pagamento da cota única ou primeira cota da declaração de ajuste anual. A arrecadação da Cofins também apresentou crescimento, este de R\$ 450,2 milhões (13,3%), explicado pelo aumento do nível de atividade em relação ao mês anterior.

Em relação às demais receitas, observa-se expressiva elevação na rubrica de *royalties* e participações especiais pela exploração de petróleo e gás natural, no montante de R\$ 342,3 milhões (138,8%), como efeito do repasse trimestral realizado em abril, conforme procedimento definido pelo art. 21 do Decreto nº 2.705/98. A taxa Fistel registrou aumento de R\$ 316,6 milhões (671,8%), afetado pelo recolhimento à Conta Única do Tesouro Nacional da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) (vide boxe 1).

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL Jan-Abr (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receitas do Tesouro (*)	17,5%	18,0%
Transferências	4,0%	4,0%
Despesas do Tesouro	9,5%	9,8%
Resultado Primário	4,1%	4,3%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Boxe 1 – Composição da Taxa Fistel

A taxa Fistel possui duas componentes que apresentam comportamentos distintos:

a) Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) - devida no momento da emissão ou renovação do certificado de licença para funcionamento das estações. Tal receita apresenta fluxo de recolhimento mensal.

b) Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) - devida anualmente pela fiscalização do funcionamento das estações. Os valores da TFF correspondem a 50% dos fixados para a TFI, aplicados às estações licenciadas até 31/12 do ano anterior. O recolhimento da TFF é feito à Anatel até 31/03 de cada ano, e seu repasse à Conta Única do Tesouro ocorre no mês seguinte. Por isto, o recolhimento da TFF apresenta concentração em abril.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional arrecadada até abril perfaz 18,3% do PIB nesse período, superando em 0,3 ponto percentual o montante registrado no ano anterior. Os impostos e contribuições sociais apresentaram redução de 0,3 e 0,2 ponto percentual do PIB, respectivamente, ao passo que as demais receitas ficaram 0,9 ponto percentual acima do nível de 2000.

Em termos nominais, a arrecadação das receitas administradas até abril ficou R\$ 6,1 bilhões superior à do ano passado. Este crescimento está associado, em especial, aos seguintes fatores:

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Abr (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Impostos	8,5%	8,2%
Imposto de Renda	5,8%	5,5%
IPI	1,7%	1,6%
Outros	1,0%	1,1%
Contribuições Sociais	7,9%	7,7%
Cofins	3,6%	3,9%
CPMF	1,5%	1,3%
CSLL	1,1%	0,9%
Outras	1,7%	1,7%
Demais	1,5%	2,4%
Conta Petróleo	0,0%	0,0%
Dividendos da União	0,1%	0,3%
Concessões	0,2%	0,7%
Outras	1,3%	1,4%
Total Bruto	18,0%	18,3%

i) aumento de 10,8% nas receitas do IPI, em função do aumento de 28,3% no volume das vendas de automóveis no mercado interno, da compensação – inexistente nesse período – do IPI-bebidas com outros créditos ocorridos nos meses de janeiro a março de 2000 (conforme Instrução Normativa da SRF nº 41/2000), e do efeito do câmbio sobre a arrecadação do IPI vinculado à importação;

ii) crescimento na arrecadação da Cofins (21,8%) e do PIS-Pasep (20,1%), decorrente da mudança na forma de tributação do setor de combustíveis e do pagamento por substituição pelo setor automotivo; e

iii) acréscimo no recolhimento do IRRF-remessas ao exterior, da ordem de 39,5%, também associado à evolução da taxa de câmbio.

Por outro lado, os principais fatores que contribuíram para redução nas receitas, em comparação ao mesmo período do ano passado, foram os seguintes: i) redução de 0,08 ponto percentual da alíquota da CPMF para os fatos geradores compreendidos entre 17/06/00 e 19/03/01, conforme Emenda Constitucional nº 21/99; e ii) arrecadação atípica no ano anterior relativa a depósitos judiciais e administrativos do IRPJ e da CSLL, da ordem de R\$ 1,5 bilhão.

Quanto às demais receitas do Tesouro, merecem destaque as concessões de serviço público, as quais totalizam R\$ 2,7 bilhões em 2001, contra R\$ 652,1 milhões em 2000. Do montante arrecadado em 2001, R\$ 1,8 bilhão refere-se à concessão de telefonia celular. Também apresentaram crescimento expressivo as receitas com dividendos da União, as quais perfizeram R\$ 1,3 bilhão, superando em R\$ 935,1 milhões (280,8%) a arrecadação de 2000. Essa elevação está associada aos seguintes fatores: i) repasse ao Tesouro, em abril, dos dividendos devidos pelo BNDES, da ordem de R\$ 549,9 milhões, enquanto que, em 2000, o repasse ocorrido até abril perfaz apenas R\$ 130,0 milhões; e ii) pagamento pelo FND de dividendos relativos aos exercícios de 1999 e 2000, no montante de R\$ 378,7 milhões, sem correspondência o ano passado.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO Jan-Abr (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Demais	5.167,0	9.304,7
Conta Petróleo	-	-
Dividendos da União	333,0	1.268,1
Concessões	652,1	2.664,0
Outras	4.181,9	5.372,5

As transferências a estados e municípios atingiram 4,0% do PIB até o mês de abril, mesmo nível observado no primeiro quadrimestre do ano passado. Em termos nominais, verifica-se um acréscimo de R\$ 1,8 bilhão, perfazendo um crescimento de 13,3%.

As transferências constitucionais apresentaram crescimento nominal da ordem de 10,8%, como conseqüência da evolução dos tributos partilhados (IR e IPI). Contudo, esse item apresenta redução de 0,1 ponto percentual quando analisado em proporção ao PIB, motivado pela arrecadação atípica de IRPJ em 2000, o que elevou a base comparação desse tributo.

As demais transferências elevaram-se em 0,1 ponto percentual do PIB. Em termos nominais, o aumento foi de R\$ 467,8 milhões (32,4%), associado, principalmente, ao crescimento dos *royalties* decorrentes da Lei nº 9.478/98, de R\$ 427,6 milhões (84,8%), e às transferências do salário-educação, cuja elevação foi de R\$ 140,7 milhões (24,3%).

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram redução de 3,7% em relação a março, focalizada nos gastos com custeio e capital, que ficaram R\$ 427,1 milhões ou 9,6% abaixo da despesa verificada no mês anterior. No que concerne aos gastos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), verificou-se redução de R\$ 292,7 milhões em relação a março, associada ao movimento sazonal dessa despesa. Os repasses para os benefícios do seguro desemprego foram de R\$ 473,3 milhões em março, e de R\$ 178,9 milhões esse mês.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 201,2 milhões. As despesas com subsídios às exportações reduziram-se em R\$ 53,4 milhões, fundamentalmente em função da menor emissão de NTN-I para fazer face aos contratos entre os exportadores e as instituições financeiras federais no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex). Houve, ainda, diminuição nas despesas com subsídio à agricultura, que passaram de R\$ 271,0 milhões, em março, para R\$ 118,8 milhões esse mês, basicamente em função do menor dispêndio no âmbito Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF). Neste caso, cabe destacar que em março tais gastos foram fortemente influenciados pelas aquisições de estoques de milho e arroz, em volume significativo.

Por fim, as demais despesas com custeio e capital permaneceram no mesmo nível do mês anterior, atingindo o valor de R\$ 3,5 bilhões. Registre-se que o comportamento dessas despesas tem refletido o cronograma de liberações de recursos para programas específicos pelos órgãos da administração federal.

Transferências a estados e municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Abr (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Constitucionais	3,3%	3,2%
Desoneração do ICMS	0,3%	0,3%
Demais	0,4%	0,5%
Total	4,0%	4,0%

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em abril, as despesas do Tesouro diminuíram 3,7%, comparativamente a março, sendo que os gastos com custeio e capital caíram 9,6%.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 0,3 ponto percentual do PIB em relação ao primeiro quadrimestre de 2000, o que está associado à alocação de mais recursos à área da Saúde e à regra do duodécimo, vigente no primeiro quadrimestre do ano passado, sem correspondência este ano.

A rubrica pessoal e encargos sociais atingiu 5,38% do PIB, mantendo-se estável comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, a despesa cresceu R\$ 2,6 bilhões devido, principalmente, à reestruturação de algumas carreiras do funcionalismo público, ocorrida em 2000. Também contribuíram para esse crescimento as alterações na remuneração dos militares das Forças Armadas, a partir de janeiro de 2001, conforme dispõe a Medida Provisória nº 2.131/2001.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Abr (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Pessoal e Encargos	5,38%	
Custeio e Capital		4,41%
Despesas do FAT	0,17%	0,28%
Outras	3,43%	3,69%

No que se refere às outras despesas de custeio e capital, houve acréscimo nominal da ordem de R\$ 2,6 bilhões em comparação ao período acumulado de janeiro a abril de 2000, justificado, em parte, pelo crescimento dos gastos com ações na área da Saúde. Até abril deste ano, as despesas de custeio e investimento do Ministério da Saúde perfizeram R\$ 6,3 bilhões, contra R\$ 5,2 bilhões no mesmo período de 2000.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Abr (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Agricultura	129,5	388,0
Custeio Agropecuário	48,4	62,6
Investimento Rural	6,4	21,0
Preços Agrícolas	(36,7)	175,8
- EGF	1,4	0,9
- AGF	(39,1)	140,9
- Sustentação de preços	1,0	33,9
Pronaf	111,4	128,7
PESA	-	-
Securitização (Lei 9138)	-	-
Exportação	216,2	338,0
Proex	216,2	338,0
Total	345,8	726,0

As despesas com subsídios e subvenções econômicas à agricultura e às exportações atingiram o montante de R\$ 726,0 milhões, contra R\$ 345,8 milhões em igual período do ano anterior. Contribuíram para esse acréscimo as despesas com Aquisições do Governo Federal (AGF), como reflexo do incremento das aquisições de produtos agrícolas, sobretudo de arroz e milho, frente à evolução desfavorável dos preços. Os subsídios às exportações, no âmbito das operações do Proex, apresentaram elevação de 56,3% comparativamente a 2000. Nesse caso, o crescimento é atribuído não só à depreciação cambial ocorrida no período, mas também à ampliação significativa do número de pequenas e médias empresa que utilizam o Programa.

Previdência Social

Em abril, o déficit do RGPS foi de R\$ 682,4 milhões, inferior em 14,8% ao verificado em março.

A Previdência Social registrou déficit primário de R\$ 682,4 milhões em abril, contra R\$ 800,6 milhões no mês anterior. A melhora do resultado, comparativamente a março, deveu-se ao incremento de 3,3% na arrecadação líquida, que fez R\$ 4,8 bilhões, ao passo que as despesas com benefícios previdenciários mantiveram-se praticamente constantes em R\$ 5,5 bilhões. Vale ressaltar que, em abril, a receita líquida retornou ao nível próximo àquele observado em meses anteriores, sem apresentar atipicidades. O ingresso de receitas em março havia sido menor devido à antecipação do recolhimento por parte de algumas empresas. Além disso, o menor número de dias úteis de

fevereiro contribuiu para redução das receitas de março, afetando a contribuição sobre a remuneração variável (hora extra, adicional noturno e outros) e a remuneração de terceiros (autônomos e cooperativas).

Por outro lado, a despesa previdenciária situou-se no mesmo nível de março, quando foi registrado significativo volume de concessões de novos benefícios: em abril foram concedidos 288,9 mil novos benefícios, ao passo que no mês anterior as concessões atingiram 307,1 mil.

No quadrimestre, o RGPS acumulou déficit primário de cerca de R\$ 2,6 bilhões. O resultado acumulado apresentou elevação nominal de 10,1% em relação a idêntico período de 2000. Todavia, como proporção do PIB estimado, o resultado do primeiro quadrimestre situou-se ligeiramente abaixo daquele observado o ano passado (0,72% do PIB e 0,69% do PIB, respectivamente).

Em abril, a arrecadação líquida mensal retornou ao nível normal do ano (R\$ 4,9 bilhões), após efeitos atípicos que impactaram negativamente as receitas da Previdência Social no mês de março.

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
Jan-Abr (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Contribuição	4,96%	4,94%
Benefícios	5,68%	5,64%
Resultado Primário	-0,72%	-0,69%

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Brasil, 2000-2001**

DISCRIMINAÇÃO	Mar	Abr	Jan-Abr	
	2001	2001	2000	2001
Arrecadação Líquida	4.647,4	4.782,3	16.531,7	18.829,0
Arrecadação Bruta	5.036,7	5.183,8	17.941,3	20.620,4
- Contribuição Previdenciária	4.704,3	4.859,8	16.737,5	19.278,3
- Simples	162,2	184,0	603,7	741,6
- CDP	8,7	11,1	39,9	35,0
- CFTE/FIES	22,6	25,1	21,3	96,3
- Depósitos Judiciais	90,1	55,8	430,8	266,8
- Refis	39,1	37,8	30,2	155,9
- Outras Receitas	9,7	10,2	77,8	46,5
(-) Restituição/Devolução	(26,9)	(21,1)	(53,2)	(84,9)
(-) Transferências a Terceiros	(362,4)	(380,4)	(1.356,4)	(1.706,4)
Benefícios Previdenciários	5.448,1	5.464,8	18.934,6	21.474,6
Resultado Primário	(800,6)	(682,4)	(2.402,8)	(2.645,6)
Resultado Primário/PIB			-0,72%	-0,69%

**Boxe 2 – Alteração na
Tabela de Contribuição
Previdenciária**

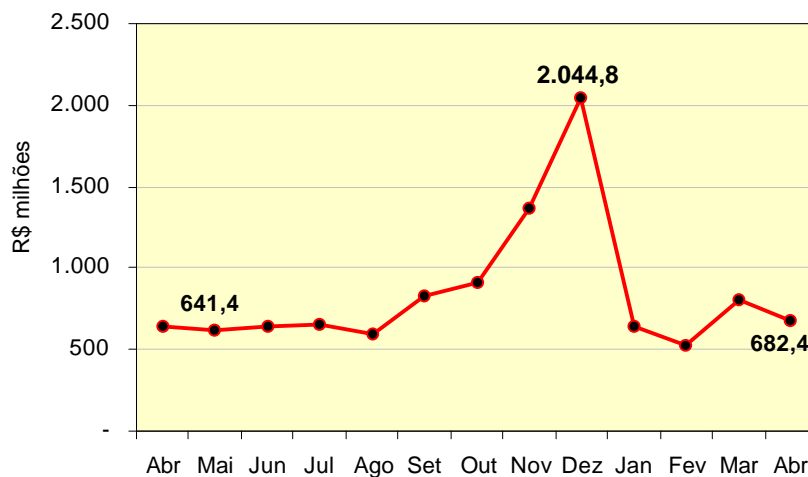
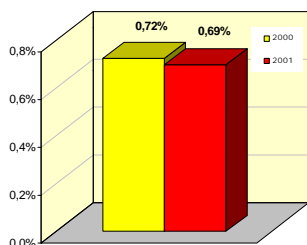
Com a publicação da MP nº 2.142/01, pela qual se alterou o valor do salário mínimo para R\$ 180,00 a partir de 01/04, o MPAS, por meio da Portaria nº 908/2001, reajustou a tabela de contribuição previdenciária. Para os **segurados empregados (inclusive domésticos) e trabalhadores avulsos** o recolhimento passou a ser com alíquotas diferenciadas (de 7,65% a 11,00%), conforme a remuneração, aplicadas sobre o salário de contribuição mensal (mínimo até R\$ 398,48 e máximo até R\$ 1.328,25). Para contribuintes individuais e facultativos, inscritos no RGPS até 28/11/99 a alíquota é de 20% e incide sobre o salário-base. Os inscritos a partir daquela data passaram a obedecer a seguinte regra: i) **individuais** - 20% sobre a remuneração recebida de uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria; ii) **facultativos** - 20% sobre o valor declarado, observando os limites mínimo e máximo do salário de contribuição. A partir de abril, nenhum benefício pago pelo RGPS será inferior a R\$ 180,00.

Até abril, a arrecadação líquida atingiu R\$ 18,8 bilhões, representando um acréscimo nominal de 13,9% em relação à verificada em 2000. As receitas provenientes de contribuições previdenciárias apresentaram incremento de R\$ 2,5 bilhões, como reflexo do esforço de recuperação de receitas, além do impacto do reajuste do salário mínimo a partir de maio de 2000 e da evolução do nível de emprego formal. Em relação às demais receitas, merece registro o aumento na arrecadação: i) do Refis, que perfaz R\$ 155,9 milhões nos quatro primeiros meses de 2001, contra R\$ 30,2 milhões em idêntico período do ano passado; ii) do Simples, que atingiu R\$ 741,6 milhões nesse período, contra R\$ 603,7 milhões em 2000; e iii) do CFTE/Fies, no total de R\$ 96,3 milhões, contra R\$ 21,3 milhões nos primeiros quatro meses de 2000.

As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 21,5 bilhões no quadrimestre, superando em R\$ 2,5 bilhões o montante observado no mesmo período de 2000 (R\$ 18,9 bilhões). Tal acréscimo decorreu do reajuste no valor dos benefícios a partir de abril de 2000 (com impacto no caixa a partir de maio) e do aumento do número de concessões, notadamente as relacionadas ao salário-maternidade e ao auxílio-doença. Registre-se, por outro lado, redução nas despesas com o pagamento de precatórios de benefícios previdenciários que atingiram, até abril de 2000, R\$ 146,5 milhões, contra R\$ 47,4 milhões em 2001.

Déficit da Previdência Social Brasil, 2000/2001

Déficit da Previdência Social
Jan-Abr (% PIB)



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em abril, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 255,0 bilhões, correspondente a 22,4% do PIB acumulado nos últimos doze meses, 0,4 ponto percentual acima do registrado em março. A tabela 2 apresenta a composição da dívida líquida em poder do mercado de fevereiro a abril deste ano.

A dívida líquida do Tesouro Nacional, em abril, ficou em 22,4% do PIB, 0,4 ponto percentual acima do saldo de março.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO
BRASIL, 2000/2001

	(R\$ milhões)		
	2001		
	Fev	Mar	Abr
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	90.387	94.117	96.469
Dívida Mobiliária em Mercado ¹	426.454	434.987	440.665
Dívida Contratual da STN	-256.649	-261.169	-264.254
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-79.419	-79.701	-79.942
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	147.148	153.418	158.534
Dívida Mobiliária em Mercado	113.217	118.262	121.242
Títulos Depositados em Garantia	-4.954	-5.140	-3.417
Dívida Contratual	39.811	41.284	41.695
Disponibilidades	-927	-988	-986
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	237.535	247.535	255.003
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	21,4%	22,0%	22,4%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

O comportamento da dívida líquida no mês foi influenciado pelo crescimento do saldo da dívida externa em reais, devido às emissões dos Bônus Global 2007 (R\$ 1,1 bilhão) e Samurai 2007 (R\$ 1,4 bilhão), aliado ao efeito da depreciação cambial em 1,07% ocorrida no período. Tal crescimento foi parcialmente compensado pelas amortizações ocorridas no mês (R\$ 1,1 bilhão).

Outro fator relevante foi o crescimento do saldo da dívida mobiliária em mercado (R\$ 5,7 bilhões), reflexo dos juros nominais incidentes sobre essa dívida (R\$ 6,8 bilhões), somente em parte compensado pelo resgate líquido ocorrido no mês (R\$ 1,2 bilhão).

A dívida interna líquida passou de R\$ 94,1 bilhões, em março, para R\$ 96,5 bilhões no mês de abril. O crescimento da dívida mobiliária foi parcialmente compensado pelo aumento dos haveres contratuais do Tesouro Nacional, em função da variação positiva dos principais indexadores desses

***Dívida Interna
Líquida***

saldos (IGP-DI, IGP-M e Selic). O acréscimo nos saldos dos fundos, autarquias e fundações decorreu do aumento das disponibilidades do FAT no extra-mercado, conforme pode-se observar na tabela 3.

Em abril, as dívidas mobiliária e contratual, em relação ao PIB, permaneceram nos mesmos patamares do mês anterior: 38,7% e 30,3%, respectivamente.

TABELA 3
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (EM MERCADO)
BRASIL, 2000/2001

(R\$ milhões)

	2001		
	Fev	Mar	Abr
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	90.387	94.117	96.469
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	426.454	434.987	440.665
DPMF	399.952	408.569	412.165
Dívida Securitizada	23.987	23.913	26.011
TDA	2.515	2.506	2.488
DÍVIDA CONTRATUAL	-336.067	-340.870	-344.196
<i>Tesouro Nacional</i>	-256.649	-261.169	-264.254
Dívida Bancária	40.302	40.239	40.269
Lei nº 7.976/89	-10.287	-10.676	-10.886
Lei nº 8.727/93	-44.472	-44.415	-44.462
Lei nº 9.496/97	-138.470	-139.140	-140.471
Renegociação Dívida Municipais	-18.375	-18.435	-18.580
Demais Haveres da STN	-85.347	-88.742	-90.125
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-79.419	-79.701	-79.942
FAT	-56.271	-57.039	-57.338
Demais Entidades	-23.148	-22.662	-22.605
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO/PIB	38,4%	38,7%	38,7%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-30,2%	-30,3%	-30,3%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-23,1%	-23,2%	-23,2%

Emissões e Resgates

Em abril, foram resgatados liquidamente R\$ 1,2 bilhão da dívida mobiliária, sendo emissões líquidas de LFT (R\$ 7,1 bilhões), NTN-C (R\$ 1,0 bilhão) e dívida securitizada (R\$ 779,1 milhões); e resgate líquido de LTN (R\$ 8,3 bilhões) e de títulos colocados diretamente (R\$ 1,8 bilhão).

Em abril, foram emitidos R\$ 10,1 bilhões de dívida interna de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado. Por sua vez, os resgates perfizeram R\$ 11,2 bilhões, o que resultou em resgate líquido de R\$ 1,2 bilhão.

A volatilidade no mercado financeiro, associada ao pequeno volume de vencimentos no mês de abril, levou o Tesouro Nacional a suspender os leilões regulares de Letras do Tesouro Nacional – LTN (títulos prefixados) no mês. Assim, foram emitidos liquidamente Letras Financeiras do Tesouro - LFT (títulos pós-fixados) no montante de R\$ 7,1 bilhões e resgatados liquidamente R\$ 8,3 bilhões em LTN. Também foram emitidas liquidamente R\$ 779,1 milhões de títulos da dívida securitizada.

O saldo da dívida mobiliária em mercado aumentou 1,31% em relação ao mês anterior, dado que o montante de R\$ 6,8 bilhões de juros nominais incorridos foi superior ao resgate líquido da dívida.

O Tesouro Nacional emitiu LFT de 5 anos no montante de R\$ 7,3 bilhões e NTN-C de 20 anos no montante de R\$ 997,2 milhões. No leilão de

NTN-C, R\$ 502,2 milhões foram objeto de troca por títulos (LFT-B e títulos da dívida securitizada) e R\$ 495,0 milhões corresponderam à captação em moeda corrente.

TABELA 4
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO BRASIL, Abr/2001

(R\$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não Financeiras	Total
DPMF			
I. Emissões	8.275	244	8.519
LFT	7.277	0	7.277
LTN	0	0	0
NTN-C	997	0	997
NTN-D	0	0	0
Demais	1	244	245
II. Resgates	8.652	1.799	10.450
LFT	223	0	223
LTN	8.333	0	8.333
NTN-C	0	0	0
NTN-D	96	0	96
Demais	0	1.799	1.799
III. Valor líquido (I-II)	-376	-1.555	-1.931
TDA			
I. Emissões	0	28	28
II. Resgates	0	28	28
III. Valor líquido (I-II)	0	1	1
Securitizados *			
I. Emissões	0	1.544	1.544
II. Resgates	0	765	765
III. Valor líquido (I-II)	0	779	779
Total			
I. Emissões	8.275	1.815	10.090
II. Resgates	8.652	2.591	11.242
III. Valor líquido (I-II)	-376	-776	-1.152

Obs.: Os resgates não financeiros correspondem aos resgates dos títulos recebidos em operações de troca e daqueles resultantes de emissões diretas.

* Inclui dívida agrícola.

Boxe 3 – Emissões de NTN-C de 20 anos

Nos dias 29 e 30 de março, o Tesouro Nacional emitiu R\$ 997,2 milhões em NTN-C (título remunerado pelo IGP-M), com prazo de 20 anos à taxa de 10,89% ao ano. A parcela relativa à troca por LFT-B e títulos da dívida securitizada ficou em torno de 50%. A venda proporcionou economia da ordem R\$ 2,3 milhões no valores presentes dos fluxos financeiros da permuta.

As colocações diretas da dívida mobiliária totalizaram R\$ 1,8 bilhão, dos quais R\$ 1,5 bilhão refere-se a títulos da dívida securitizada (CVS). A emissão de tais títulos decorrem da securitização das obrigações decorrentes do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), no âmbito da Lei nº 10.150, de 21/12/2000.

Os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta totalizaram R\$ 2,6 bilhões. Desse montante, cabe destacar os R\$ 549,9 milhões decorrentes do pagamento de dividendos do BNDES junto ao Tesouro e R\$ 566,3 milhões referentes às operações de troca de NTN-C e CDP.

No mês de abril, o Tesouro Nacional emitiu R\$ 1,5 bilhão em CVS, título securitizado para assunção de obrigações no âmbito do FCVS.

Composição

Em função das condições do mercado interno, o Tesouro Nacional reduziu o ritmo do processo de alteração da composição da dívida pública. Assim, a participação dos prefixados na dívida total diminuiu em 1,8 ponto percentual, enquanto que a dos títulos remunerados pela taxa Selic aumentou em 1,1 ponto percentual, como mostra a tabela 5. Quanto aos títulos remunerados pela variação cambial, sua participação manteve-se estável no mês, a despeito do comportamento da taxa de câmbio.

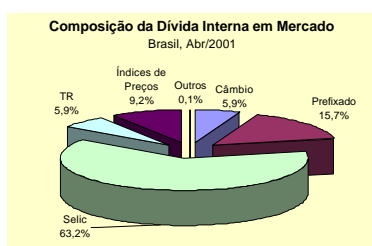


TABELA 5
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO
TESOURO NACIONAL POR TIPO DE RENTABILIDADE
BRASIL, 2000/2001

Indexador	2001 (%)		
	Abr	Mar	Abr
I. DPMF			
Selic	66,2	65,0	66,4
Câmbio	9,3	6,2	6,3
Prefixados	17,3	18,5	16,7
Índices de Preços	3,6	6,9	7,3
TR	3,4	3,4	3,3
Outros	0,1	0,0	0,0
II. SECURITIZADOS *			
Selic	15,0	9,8	9,0
Índices de Preços	52,3	54,0	46,3
TR	31,9	35,4	44,0
Outros	0,9	0,8	0,8
III. TDA (TR)			
	100,0	100,0	100,0
IV. TOTAL			
Selic	62,4	62,1	63,2
Câmbio	8,7	5,9	5,9
Prefixados	16,1	17,5	15,7
Índices de Preços	6,6	9,0	9,2
TR	6,0	5,4	5,9
Outros	0,2	0,1	0,1

* Não inclui dívida agrícola.

Note-se que a elevação da participação dos títulos referenciados a índices de preços no estoque da dívida total em relação a abril do ano anterior (9,2% contra 6,6%) evidencia o sucesso da estratégia de alongamento de prazos e de padronização dos instrumentos da dívida pública. Desde o início de 2000, foram emitidos R\$ 16,5 bilhões em NTN-C de 3, 5, 7, 10, 20 e 30 anos, ao longo dos 15 leilões realizados. Desse total, R\$ 7,1 bilhões foram pagos em dinheiro e R\$ 9,4 bilhões trocados por 12 diferentes títulos. A economia total alcançada montou a R\$ 236,9 milhões e o prazo médio foi estendido em 73,6 meses.

Custo Médio

O custo médio anual da dívida mobiliária em mercado reduziu-se de 20,54% a.a., no mês de março, para 16,96% a.a., no mês de abril, apesar da elevação da taxa Selic, TR e principais índices de preços. A redução no custo decorreu do fato de a depreciação do real em abril (1,07%) ter sido

significativamente inferior àquela observada no mês anterior (5,69%). Quanto ao custo médio da dívida securitizada e dos Títulos da Dívida Agrária (TDA), o aumento também decorre das variações do IGP-DI e TR, que são os principais indexadores dessas dívidas.

TABELA 6
CUSTO MÉDIO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO
TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2000/2001

Em % anual

Título	2000		2001
	Abr	Mar	Abr
DPMF	23,59	20,96	17,08
LTN	22,63	17,37	17,29
LFT	18,69	15,39	16,02
NTN-C	16,68	17,97	33,44
Dívida Securitizada *	10,85	13,30	15,71
TDA	7,83	7,94	8,28
Total	22,66	20,54	16,96
Total Oferta Pública	19,35	19,70	17,76

* Não inclui dívida agrícola.

O custo médio anual da dívida mobiliária em mercado reduziu-se de 20,54%, em março, para 16,96%, no mês em análise.

TABELA 7
DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO
BRASIL, 2000/2001

(% anual)

Período	Total (1)	Total (2)	Comp (1)	Comp (2)
2000 Abr	18,69	23,59	19,47	24,08
Mai	18,33	18,86	18,86	19,54
Jun	18,02	14,98	18,58	16,21
Jul	17,62	15,25	17,55	15,71
Ago	17,40	20,05	17,63	20,06
Set	17,09	18,01	17,38	16,74
Out	16,80	20,96	17,09	20,83
Nov	16,45	19,35	17,00	19,56
Dez	16,21	15,59	16,86	16,57
2001 Jan	15,66	16,02	16,20	16,67
Fev	15,33	19,95	15,87	19,35
Mar	15,44	20,96	16,04	19,70
Abr	16,59	17,08	17,32	17,76

COMP - Títulos competitivos da DPMFi em mercado.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

A redução do custo médio total da dívida mobiliária em mercado é consequência da menor variação da taxa de câmbio no mês.

Prazo Médio

O prazo médio da dívida mobiliária interna em mercado aumentou de 42,02 meses, em março, para 43,83 meses, em abril.

O prazo médio da dívida mobiliária interna em mercado aumentou de 42,02 meses, em março, para 43,83 meses em abril. Contribuíram para essa elevação os seguintes fatores: i) emissão de NTN-C de 20 anos; e ii) emissão de CVS com prazos, em média, de 178 meses.

O prazo médio dos títulos remunerados pela taxa Selic manteve-se estável em relação ao mês anterior, apesar do aumento do prazo médio das LFT ofertadas em leilão, de 19,21 meses para 19,89 meses. Quanto ao prazo médio dos títulos prefixados, sua redução resulta do fato de não ter havido emissão de LTN em abril.

Conforme pode ser observado no gráfico a seguir, o prazo médio dos títulos emitidos através de oferta pública em mercado mantém sua trajetória de alongamento, passando de 11,37 meses, em abril de 2000, para 27,58 meses em abril de 2001.

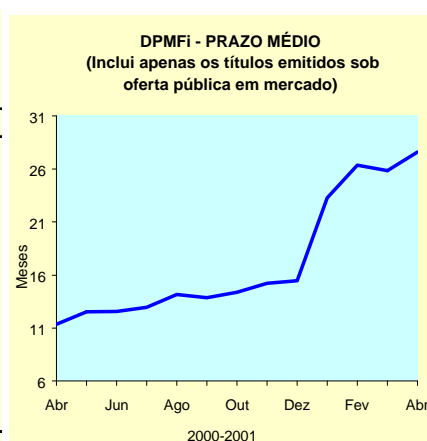
TABELA 8A
PRAZO MÉDIO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA DO TESOURO
BRASIL, 2000-2001 (meses)

Título	2000		2001
	Abr	Mar	Abr
DPMFi	28,40	39,52	40,68
Prefixado	6,31	6,06	5,79
Selic	21,48	27,55	27,55
Cambial	75,09	119,45	119,30
Índice de Preço	83,04	152,32	156,79
Demais	38,87	79,10	79,59
TDA	57,00	47,52	47,26
Dívida Securitizada*	90,72	93,43	103,65
Total	32,58	42,02	43,83
Total Oferta Pública	11,37	25,86	27,58

(*) Não inclui dívida agrícola.

TABELA 8
DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO
BRASIL, 2000-2001 (meses)

Período	Total	Comp (1)
2000		
Abr	28,40	11,37
Mai	29,88	12,54
Jun	29,94	12,58
Jul	29,59	12,97
Ago	30,71	14,16
Set	30,22	13,85
Out	30,28	14,38
Nov	31,42	15,24
Dez	32,03	15,47
2001		
Jan	38,30	23,30
Fev	40,03	26,36
Mar	39,52	25,86
Abr	40,68	27,58



(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.

Dívida Externa Líquida

Em abril, o saldo devedor da dívida externa líquida cresceu nominalmente 3,3% (R\$ 5,1 bilhões) em relação a março. Esse crescimento é explicado pelos seguintes fatores: i) reabertura do Global 2007 no montante de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão (US\$ 500,0 milhões); ii) emissão de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão (US\$ 650,0 milhões ou ¥\$ 80,0 bilhões) do Samurai 2007; e iii) depreciação cambial (1,07%). Vale ressaltar que tal aumento foi amenizado pela amortização de parcelas do *New Money Bond* (R\$ 228,8 milhões) e *Eligible Interest Bond* (R\$ 624,8 milhões), tendo-se reduzido, por esse motivo, o saldo devedor dos Bônus de Renegociação. Ademais, também foram efetuadas no mês amortizações junto a organismos multilaterais (R\$ 96,8 milhões) e bancos privados/agências governamentais (R\$ 122,1 milhões).

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (EM MERCADO)
BRASIL, 2000/2001

	(R\$ milhões)		
	2000	2001	
	Abr	Mar	Abr
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	96.043,5	118.261,8	121.242,3
Bônus de Renegociação	61.040,7	50.674,6	50.355,9
Bônus de Captação	35.002,8	67.587,2	70.886,4
II. DÍVIDA CONTRATUAL	34.724,2	41.284,3	41.695,1
Organismos Multilaterais	13.898,6	19.274,5	19.413,3
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.360,0	7.378,1	7.456,5
Clube de Paris	14.465,6	14.631,6	14.825,2
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.515,6	-5.140,5	-3.416,7
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-824,3	-988,0	-986,2
V. TOTAL (I+II+III+IV)	125.427,8	153.417,7	158.534,4
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA TOTAL/PIB	12,5%	13,7%	13,9%

Ainda ao longo do mês, foi realizada reabertura do Global 2007, sendo emitidos US\$ 500,0 milhões, com prazo remanescente de 6 anos (vencimento em 26/07/2007). O título foi emitido ao preço de 100,5%, com *spread* de 615 *bps* sobre os títulos do Tesouro Americano e cupom semestral de 11,25% a.a..

Quanto à execução financeira do mês de abril, o montante relativo a principal, juros e encargos da dívida externa foi de R\$ 4,1 bilhões. Deste total, R\$ 3,7 bilhões referem-se à dívida mobiliária, R\$ 161,3 milhões a pagamentos aos organismos multilaterais, R\$ 186,1 milhões a bancos privados/agências governamentais e R\$ 22,8 milhões a pagamentos junto ao Clube de Paris, conforme demonstrado na tabela 10.

**Boxe 4 – Bônus Samurai
2007**

Em 19/03 foi emitido mais um bônus no mercado japonês no volume de ¥\$ 80,0 bilhões (aproximadamente US\$ 650,0 milhões). A demanda pelo título foi surpreendente, visto que o planejamento inicial era de lançamento da ordem de ¥\$ 50,0 bilhões e cerca de 70% da demanda foi representada pelo mercado de varejo. O título, com maturação de seis anos, foi vendido ao par, apresentando *spread* de 402 *bps* sobre a taxa *swap* em ienes e cupom nominal de 4,75% a.a. A operação é a primeira na história do mercado de varejo japonês com prazo de seis anos.

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, Abr/2001

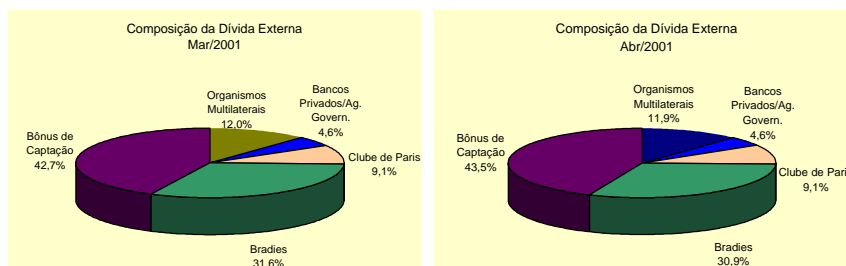
Discriminação	(R\$ milhões)		
	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	1.072,6	3.003,2	4.075,7
I.1. Organismos Multilaterais	96,8	64,5	161,3
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	122,1	64,0	186,1
I.3. Clube de Paris	0,0	22,8	22,8
I.4. Dívida Mobiliária	853,6	2.851,9	3.705,5
Global 2008	0,0	126,8	126,8
Global 2004	0,0	374,4	374,4
Global 2024	0,0	26,2	26,2
Samurai 2003	0,0	23,3	23,3
Global 2009	0,0	311,3	311,3
C-Bond	0,0	572,9	572,9
NMB	228,8	152,0	380,8
DCB	0,0	536,2	536,2
ParBond	0,0	146,4	146,4
Discount Bond	0,0	190,5	190,5
EI Bond	624,8	266,4	891,2
Flirb	0,0	53,6	53,6
Samurai 2007 (Emissão)	0,0	12,8	12,8
Global 2007 (Reabertura)	0,0	6,6	6,6
DM 2008	0,0	52,5	52,5

Foram pagos no mês R\$ 4,1 bilhões entre principal, juros e encargos da dívida externa.

Composição

Em abril, houve pequena alteração na participação percentual relativa dos Bônus de Renegociação e os Bônus de Captação, em virtude das emissões do Global 2007 e Samurai 2007 e de amortizações dos *bônus Eligible Interest* (EI) e *New Money Bond* (NMB), como observado nos gráficos a seguir.

Em função da emissão dos Bônus Global 2007 e Samurai 2007, houve pequeno aumento, em abril, da participação dos bônus de colocação no total da dívida externa.



Custo e Prazo Médios

O prazo médio da dívida mobiliária externa reduziu-se em virtude, principalmente, das emissões ocorridas no mês, cujo prazo é inferior ao prazo médio de 14,9 anos registrado no mês anterior. No que se refere ao prazo médio dos Bônus de Renegociação, este apresentou um ligeiro aumento devido às amortizações dos bônus EI e NMB, que possuem um prazo remanescente inferior aos demais bônus de renegociação.

O prazo médio da dívida externa ficou em 14,60 anos em abril de 2001, contra 13,23 anos no mesmo mês de 2000.

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, 2000/2001

Título	2000		2001
	Abr	Mar	Abr
Prazo Médio (anos)	13,23	14,88	14,60
Bônus de Renegociação	13,71	13,01	13,04
Bônus de Captação	12,41	16,28	15,83
Globais	15,75	20,24	19,86
Euros	6,11	5,88	5,80
Demais	4,34	4,16	4,52
Custo Médio* (% a.a.)	8,53	9,21	8,65
Bônus de Renegociação	7,35	7,57	6,26
Bônus de Captação	10,61	10,45	10,34
Globais	11,45	11,02	11,03
Euros	10,15	9,86	9,86
Demais	6,32	6,08	5,78

* Custo Médio em dólares.

O custo médio em dólares da dívida mobiliária externa caiu de 9,21% a.a., em março, para 8,65% a.a. em abril.

Quanto ao custo médio em dólares da dívida mobiliária externa, verificou-se uma queda representativa em relação ao mês anterior. Esse movimento foi provocado por dois fatores: i) emissão do Samurai 2007 à taxa de

juros de 4,75% a.a., abaixo do custo médio da dívida mobiliária em março; e, principalmente, ii) queda de 2,19 pontos percentuais na *Libor* semestral estabelecida para o período de 15/04/01 a 15/10/01, taxa na qual estão indexados 59,9% dos Bônus de Renegociação.

A *Libor* semestral que vigorava para o período de 15/10/00 a 15/04/01 era de 6,8125% a.a., passando a 4,6250% a.a., basicamente em função da diminuição da taxa básica de juros norte-americana no período.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Abr/2000	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2001
I. RECEITA TOTAL	19.120,1	19.316,7	18.200,1	18.627,6	20.779,0	18.853,5	19.979,1	20.148,6	25.618,8	22.692,7	18.472,1	21.642,4	24.653,4
I.1. Receitas do Tesouro	14.950,7	14.944,5	13.780,4	14.081,0	16.117,3	14.352,9	15.483,9	15.631,3	17.948,6	18.073,2	13.692,4	16.995,0	19.871,1
I.1.1 Receita Bruta	15.173,1	15.196,4	14.960,2	15.312,1	17.737,8	14.745,3	16.123,5	16.069,0	18.479,9	18.440,0	14.040,5	17.277,2	20.067,0
- Impostos	6.998,5	6.533,5	6.824,3	7.290,9	7.178,6	6.965,8	7.424,9	7.365,2	9.169,3	8.718,7	6.378,4	7.607,4	8.454,6
- Contribuições	6.255,2	6.338,7	6.503,5	6.402,0	6.679,6	6.598,9	7.293,4	7.620,0	7.732,4	8.069,5	6.514,6	7.116,4	7.660,5
- Demais	1.919,3	2.324,2	1.632,4	1.619,2	3.879,6	1.180,6	1.405,2	1.083,8	1.578,1	1.651,9	1.147,6	2.553,4	3.951,9
I.1.2. (-) Restituições	(135,7)	(179,0)	(1.127,2)	(1.143,6)	(1.508,0)	(327,5)	(568,4)	(367,9)	(459,6)	(314,1)	(291,7)	(253,0)	(132,4)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(86,7)	(72,9)	(52,6)	(87,6)	(112,6)	(64,9)	(71,3)	(69,7)	(71,7)	(52,8)	(56,4)	(29,2)	(63,5)
I.2. Receitas da Previdência Social	4.169,4	4.372,2	4.419,7	4.546,6	4.661,7	4.500,6	4.495,2	4.517,3	7.670,2	4.619,6	4.779,7	4.647,4	4.782,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.382,2	3.446,3	2.943,9	3.238,8	3.380,0	3.286,4	3.287,0	3.724,6	3.619,0	4.357,6	3.820,5	3.319,4	3.632,5
II.1. Transferências Constitucionais	2.860,1	2.732,5	2.252,1	2.142,5	2.385,8	2.404,4	2.545,3	2.754,4	3.088,3	3.541,4	2.909,5	2.562,5	3.008,6
II.2. Lei Complementar 87/96	259,5	292,6	274,0	274,7	551,6	481,3	389,7	292,4	195,0	298,7	298,7	298,7	298,5
II.3. Demais	262,5	421,2	417,7	821,6	442,6	400,8	352,1	677,8	335,7	517,5	612,3	458,3	325,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	15.737,9	15.870,4	15.256,2	15.388,8	17.399,0	15.567,0	16.692,0	16.424,0	21.999,8	18.335,1	14.651,6	18.323,0	21.020,9
IV. DESPESA TOTAL	11.742,0	12.903,7	13.671,7	14.973,6	14.100,9	13.940,9	15.616,8	15.082,0	23.844,5	15.743,8	14.015,7	14.671,3	14.342,3
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.062,0	4.194,0	4.486,5	5.111,5	4.175,0	4.221,5	4.326,1	4.441,2	6.725,7	5.952,0	4.912,4	4.781,3	4.862,6
IV.1.1. INSS	255,7	235,7	275,8	318,3	224,8	254,2	263,0	263,6	409,5	310,6	243,0	242,9	236,3
IV.1.2. Demais	3.806,3	3.958,3	4.210,8	4.793,2	3.950,2	3.967,3	4.063,1	4.177,6	6.316,1	5.641,4	4.669,4	4.538,3	4.626,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	4.810,7	4.995,4	5.056,7	5.199,7	5.260,5	5.334,2	5.405,5	5.885,5	9.715,0	5.260,0	5.301,8	5.448,1	5.464,8
IV.3. Custeio e Capital	2.869,3	3.714,3	4.128,5	4.662,4	4.665,4	4.385,1	5.885,2	4.755,4	7.403,9	4.531,7	3.801,5	4.442,0	4.014,9
IV.3.1. Despesa do FAT	214,7	627,7	374,4	506,2	558,9	472,9	555,1	344,9	430,9	424,2	322,8	604,9	312,2
- Abono e Seguro Desemprego	158,5	604,5	337,6	462,0	502,1	437,0	482,5	226,3	381,7	380,7	269,8	473,3	178,9
- Demais Despesas do FAT	56,2	23,3	36,8	44,1	56,8	36,0	72,5	118,6	49,2	43,5	53,0	131,6	133,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	167,5	213,7	136,1	235,4	364,2	265,5	1.287,5	219,7	372,2	200,1	335,6	341,7	201,2
- Operações Oficiais de Crédito	91,4	118,4	63,1	150,7	336,6	214,2	1.237,6	123,2	329,1	100,7	235,5	271,0	118,8
- Subvenções aos Fundos Regionais	76,1	95,3	73,0	84,7	27,6	51,3	49,9	96,5	43,1	99,5	100,1	70,7	82,4
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	2.487,1	2.872,8	3.618,0	3.920,8	3.742,3	3.646,6	4.042,7	4.190,8	6.600,8	3.907,3	3.143,1	3.495,4	3.501,5
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	3.995,9	2.966,7	1.584,5	415,2	3.298,1	1.626,2	1.075,2	1.342,0	(1.844,7)	2.591,4	635,9	3.651,7	6.678,6
V.1. Tesouro Nacional	4.637,3	3.589,9	2.221,6	1.068,4	3.896,9	2.459,9	1.985,6	2.710,2	200,1	3.231,8	1.157,9	4.452,3	7.361,0
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(641,4)	(623,2)	(637,0)	(653,1)	(598,8)	(833,7)	(910,4)	(1.368,2)	(2.044,8)	(640,5)	(522,1)	(800,6)	(682,4)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	(43,0)	(82,2)	59,8	(55,2)	(24,2)	0,3	(45,7)	(26,1)	(106,8)	(30,3)	(73,5)	(43,3)	(76,1)
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	3.952,9	2.884,5	1.644,4	360,0	3.273,9	1.626,5	1.029,5	1.315,9	(1.951,5)	2.561,1	562,3	3.608,4	6.602,5
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	(1.783,8)	305,2	151,3	37,0	1.379,9	142,9	(2.510,8)	718,8	(621,4)	68,4	494,1	273,1	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	2.169,1	3.189,7	1.795,6	397,0	4.653,8	1.769,5	(1.481,3)	2.034,7	(2.572,9)	2.629,4	1.056,4	3.881,4	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	(6.919,4)	(6.548,5)	(3.286,1)	(2.682,2)	(5.949,6)	(2.927,4)	(7.998,9)	(6.330,2)	(3.102,5)	(6.769,1)	(6.446,2)	(8.201,4)	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	(4.750,3)	(3.358,7)	(1.490,4)	(2.285,2)	(1.295,8)	(1.157,9)	(9.480,2)	(4.295,5)	(5.675,4)	(4.139,7)	(5.389,8)	(4.320,0)	nd

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Abr/2000	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2001
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	19.098,4	19.176,3	19.414,1	17.763,4	20.025,3	19.225,6	20.188,8	21.909,6	28.247,7	19.255,9	21.656,8	19.650,8	22.570,5
I.1 - Recolhimento Bruto	13.553,4	13.873,5	13.758,6	11.907,9	13.906,3	13.625,6	14.056,6	16.226,4	19.294,7	13.077,6	15.789,3	13.640,3	16.109,2
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	(86,7)	(72,9)	(52,6)	(87,6)	(112,6)	(72,9)	(63,2)	(69,7)	(71,7)	(52,8)	(56,4)	(29,2)	(64,0)
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	934,7	520,3	725,7	507,6	1.035,6	659,0	1.151,2	652,9	723,3	597,2	658,3	752,3	1.279,6
I.4 - Receita das Operações de Crédito	270,1	161,9	148,9	483,1	150,6	137,9	199,8	166,8	238,6	557,2	116,5	268,8	106,2
I.5 - Receita do Salário Educação	97,0	107,9	104,0	108,1	103,7	118,8	118,8	113,9	113,9	169,2	109,6	119,5	124,7
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	4.325,8	4.581,4	4.725,2	4.840,6	4.937,7	4.752,8	4.720,7	4.813,7	7.940,9	4.902,5	5.034,7	4.895,2	5.010,0
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	4,0	4,1	4,3	3,6	3,9	4,4	4,9	5,7	8,2	4,9	4,7	4,0	4,8
II. DESPESAS	19.533,2	19.879,7	21.290,5	20.247,5	21.565,0	19.321,3	24.296,1	22.906,3	30.517,9	23.070,7	19.961,5	18.505,3	23.479,6
II.1 - Liberações Vinculadas	3.282,1	5.384,1	3.579,6	3.450,1	4.049,6	3.902,6	3.956,3	4.350,2	4.103,9	5.368,2	4.563,1	3.879,5	4.403,7
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	2.860,1	3.272,9	2.395,7	2.279,0	2.538,0	2.557,9	2.707,6	2.930,6	3.236,3	3.823,1	3.097,6	2.727,5	3.202,6
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	130,3	147,0	266,1	148,9	291,3	155,6	153,6	390,9	189,6	201,2	398,7	154,4	165,9
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	259,3	292,4	274,0	274,4	551,4	481,0	389,5	292,2	194,8	298,5	298,5	298,5	298,5
II.1.4 - Outras Vinculações	32,4	1.671,9	643,9	747,7	668,8	708,1	705,6	736,5	483,2	1.045,4	768,3	699,2	736,7
II.2 - Liberações Ordinárias	16.251,1	14.495,6	17.710,9	16.797,3	17.515,4	15.418,6	20.339,8	18.556,2	26.413,9	17.702,5	15.398,4	14.625,8	19.075,9
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.995,2	4.195,0	5.203,5	4.780,2	4.221,9	4.303,6	4.298,1	4.495,1	7.763,5	5.459,1	4.759,6	4.895,5	4.871,9
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	2.710,6	650,0	1.026,6	670,8	802,7	652,8	3.489,2	936,6	925,7	641,1	1.043,7	438,4	3.645,4
i) Dívida Contratual Interna	224,0	184,2	217,7	217,2	205,0	250,9	715,9	164,2	233,1	210,1	60,7	27,6	128,5
ii) Dívida Contratual Externa	2.486,6	465,9	808,8	453,6	597,8	401,9	2.773,3	772,5	692,6	431,0	983,0	410,8	3.516,9
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.263,6	1.597,4	2.019,6	2.416,2	3.755,7	1.559,4	3.031,7	3.032,6	883,5	2.974,8	1.667,7	(229,2)	1.286,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	4.833,0	5.061,5	5.239,3	5.611,7	4.886,9	5.234,0	5.295,5	6.327,1	9.765,9	5.691,8	5.148,9	5.128,9	5.753,3
II.2.5 - Custeio e Investimento	2.249,8	2.782,9	4.089,8	3.124,7	3.354,5	3.402,8	4.030,9	3.561,7	6.538,6	2.586,5	2.431,1	4.015,5	3.322,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	198,8	208,7	132,1	193,7	493,8	266,0	194,5	203,0	536,6	349,1	347,5	376,6	197,2
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	(434,8)	(703,4)	(1.876,4)	(2.484,1)	(1.539,7)	(95,7)	(4.107,3)	(996,7)	(2.270,1)	(3.814,8)	1.695,3	1.145,5	(909,0)
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	28.626,7	16.439,7	15.811,7	22.163,8	30.527,6	14.141,3	20.692,9	19.875,1	12.911,1	34.003,7	8.861,0	6.158,4	12.014,2
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	25.578,7	16.087,6	14.097,9	17.586,4	23.875,6	12.370,3	17.294,1	12.213,4	9.669,4	28.452,0	7.781,2	5.209,9	10.268,5
IV.2 - Outras Operações de Crédito	3.048,0	352,1	1.713,9	4.577,5	6.652,0	1.771,0	3.398,7	7.661,7	3.241,7	5.551,7	1.079,8	948,5	1.745,6
V. DESPESAS	26.252,5	22.969,0	17.602,6	19.567,4	33.758,3	17.231,4	25.669,2	28.745,1	6.217,3	22.231,7	7.799,7	929,3	9.712,6
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	25.706,6	22.328,4	14.788,4	18.433,6	33.175,8	16.492,4	23.461,6	28.037,7	3.268,2	20.587,7	7.156,7	(145,2)	8.424,4
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	545,9	640,6	2.814,2	1.133,9	582,5	738,9	2.207,5	707,4	2.949,1	1.644,1	643,0	1.074,5	1.288,1
V.2.1 - Dívida Interna	279,8	478,9	326,6	347,6	310,7	460,7	1.716,7	417,3	341,1	1.562,8	220,7	37,4	207,4
V.2.2 - Dívida Externa	266,1	161,7	2.487,6	786,3	271,8	278,3	490,9	290,1	2.608,0	81,3	422,3	1.037,1	1.080,8
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	(127,9)	(6.240,8)	(690,6)	(847,2)	(9.300,2)	(4.122,1)	(6.167,5)	(15.824,3)	6.401,2	7.864,3	624,5	5.355,1	1.844,1
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	(3.929,0)	11.821,8	7.949,5	13.968,7	3.561,8	1.315,5	(4.582,6)	2.417,2	6.516,4	(13.540,2)	1.840,3	3.539,0	304,4
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	(1.989,6)	4.589,1	4.282,2	14.081,0	(1.208,6)	(1.870,3)	(13.666,2)	(7.449,5)	10.940,1	(5.583,1)	4.596,9	9.913,6	1.697,0

(*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Abr/2000	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2001
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	6.563,8	25.117,0	12.869,5	18.329,1	8.066,8	4.454,1	1.222,6	6.851,1	10.198,7	3.384,4	6.362,0	3.943,3	2.226,7
I.1. Emissão de Títulos	5.498,2	24.383,0	12.102,6	17.393,5	7.070,3	3.065,7	-	5.807,5	9.099,6	2.407,2	5.152,9	2.823,1	-
I.2. Remuneração das Disponibilidades	990,6	660,0	686,2	868,5	934,6	1.315,6	1.156,7	990,1	1.076,4	952,2	1.161,8	1.052,5	971,0
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	75,0	73,9	80,7	67,1	62,0	72,9	65,9	53,5	22,7	24,9	47,3	67,7	118,1
I.4. Resultado do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.137,6
II. DESPESAS NO BACEN	10.492,7	13.295,2	4.920,0	4.360,4	4.505,1	3.138,7	5.805,2	4.433,9	3.682,3	16.924,6	4.521,7	404,4	1.922,3
II.1. Resgate de Títulos	9.344,2	12.896,5	4.757,1	4.151,6	4.266,3	2.959,6	5.384,6	4.053,4	3.346,6	16.137,6	4.265,8	175,4	1.658,1
II.2. Encargos da DPMF	1.148,5	398,7	162,9	208,9	238,7	179,1	420,6	380,5	335,7	787,0	255,8	229,0	264,2
III. RESULTADO (I - II)	(3.929,0)	11.821,8	7.949,5	13.968,7	3.561,8	1.315,5	(4.582,6)	2.417,2	6.516,4	(13.540,2)	1.840,3	3.539,0	304,4

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Abr/2000	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2001
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	11,6	9,9	10,6	8,0	6,5	5,5	8,4	11,7	14,4	15,1	16,0	14,3	17,2
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	-	-	-	-	6,5	-	-	-	-	-	21,0	-	-
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	12,6	39,4	4,6	42,2	245,8	63,8	53,5	37,1	15,5	(6,2)	33,8	125,8	22,3
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	12,3	39,2	4,3	41,3	235,6	59,1	31,2	13,6	(6,2)	(24,4)	33,6	115,2	16,6
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	-	-	-	0,7	10,0	4,4	22,1	23,3	21,5	18,0	-	10,5	5,4
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	19,5	19,0	21,3	40,4	59,2	19,7	15,6	18,5	19,4	36,2	51,3	19,7	21,5
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	47,6	50,1	26,6	60,2	18,6	125,2	34,7	55,9	268,5	55,5	113,5	111,2	57,8
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	-	-	-	-	-	-	-	-	11,3	-	-	-	-
VII. TOTAL	91,4	118,4	63,1	150,7	336,6	214,2	112,1	123,2	329,1	100,7	235,5	271,0	118,8

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO (*)

R\$ milhões

	Abr/2000	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2001
I. DÍVIDA INTERNA	110.799,5	104.762,5	106.491,1	105.926,7	100.978,1	102.723,2	99.908,4	93.658,8	100.172,0	91.830,5	90.386,9	94.117,3	96.468,7
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	373.303,2	385.053,5	390.144,3	392.328,1	392.672,8	399.816,7	402.309,9	397.808,4	398.862,8	399.958,7	399.951,7	408.568,7	412.165,4
Dívida Bancária	39.768,7	39.851,4	39.887,2	39.964,4	40.065,0	40.205,1	40.227,1	40.317,3	40.343,3	40.270,5	40.301,7	40.239,1	40.269,1
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	23.538,1	23.391,7	23.472,1	23.923,0	21.391,3	21.134,8	18.901,9	18.755,8	18.739,6	17.574,2	17.137,5	17.031,8	16.551,2
CVS	8.075,1	8.213,4	8.260,5	8.261,4	6.641,2	6.680,3	6.752,7	6.733,3	6.733,7	6.807,9	6.810,6	6.841,9	9.420,8
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.065,4	3.096,0	2.766,6	2.767,9	2.732,0	2.702,8	2.638,3	2.610,2	2.550,9	2.531,1	2.515,5	2.505,8	2.488,5
Certificados de Privatização	40,9	40,9	40,6	38,8	38,9	38,9	38,9	39,0	39,0	39,1	39,1	39,2	39,2
INSS	-9.709,0	-9.721,6	-9.799,6	-9.890,4	-9.983,7	-10.124,4	-10.194,2	-10.231,9	-10.244,6	-10.322,5	-10.373,1	-10.408,4	-10.491,3
Lei 7.976/89	-10.239,9	-10.334,9	-10.006,2	-9.772,4	-9.896,7	-9.964,5	-10.227,5	-10.324,1	-10.058,1	-10.024,3	-10.286,5	-10.676,3	-10.886,3
Bônus Renegociação	-15.564,2	-16.009,3	-16.295,6	-17.414,0	-17.922,9	-18.179,5	-18.231,6	-18.726,5	-18.667,6	-18.946,2	-19.733,8	-20.801,1	-20.033,5
Lei 8.727/93	-43.714,7	-43.814,1	-43.866,5	-43.968,5	-44.098,9	-44.283,3	-44.330,5	-44.441,0	-44.482,5	-44.424,9	-44.472,2	-44.415,0	-44.461,6
Lei 9.496/97	-125.883,4	-127.930,2	-129.701,0	-128.906,8	-132.694,3	-135.812,2	-135.339,5	-136.013,8	-136.730,7	-137.915,3	-138.469,8	-139.139,9	-140.470,6
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-4.822,0	-16.115,5	-16.804,4	-17.048,1	-17.442,2	-17.825,2	-17.915,9	-17.999,7	-18.099,6	-18.275,5	-18.374,5	-18.435,3	-18.579,5
Recebíveis das Estatais	-27.477,1	-26.282,6	-26.247,3	-26.210,4	-21.603,3	-22.222,8	-22.648,7	-22.885,6	-18.872,3	-18.778,9	-19.093,1	-19.866,1	-20.038,4
Outros	-20.830,6	-24.070,3	-23.868,4	-23.786,0	-24.269,1	-24.141,9	-23.877,1	-23.855,6	-23.533,2	-23.687,9	-23.826,4	-24.162,5	-24.177,1
Fat	-47.039,5	-49.000,8	-49.547,5	-50.894,2	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7
Demais Entidades	-18.924,7	-19.519,0	-20.197,4	-20.466,6	-20.825,6	-21.148,6	-21.576,8	-22.241,1	-22.508,8	-22.873,6	-23.148,2	-22.662,2	-22.604,6
Créditos das Operações Oficiais	-9.180,7	-9.357,2	-9.449,5	-9.415,4	-9.972,6	-10.242,4	-10.534,8	-9.869,7	-10.005,1	-10.135,9	-10.401,9	-10.963,6	-11.102,4
Arrecadação a Recolher	-3.606,0	-2.729,0	-2.297,0	-3.584,0	-2.624,0	-2.438,0	-3.707,0	-2.768,0	-292,0	-4.491,0	-1.919,0	-2.540,0	-4.282,5
II. DÍVIDA EXTERNA	125.427,8	126.988,9	124.339,1	124.694,2	127.380,5	128.306,1	133.193,0	135.948,3	137.180,9	142.277,3	147.147,9	153.417,7	158.534,4
Dívida Mobiliária	96.043,5	97.257,6	94.501,7	95.198,3	97.331,3	97.784,9	101.421,9	103.813,1	105.519,3	109.393,3	113.217,2	118.261,8	121.242,3
Títulos Depositados em Garantias	-4.515,6	-4.506,1	-4.504,1	-4.542,8	-4.816,4	-4.707,2	-4.368,6	-4.589,5	-4.674,9	-4.686,8	-4.953,6	-5.140,5	-3.416,7
Dívida Contratual	34.724,2	35.073,3	35.290,8	34.990,8	35.841,9	36.092,9	37.028,8	37.711,1	37.274,7	38.482,2	39.811,3	41.284,3	41.695,1
Disponibilidades	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	236.227,3	231.751,4	230.830,1	230.620,9	228.358,6	231.029,3	233.101,4	229.607,1	237.352,9	234.107,9	237.534,8	247.534,9	255.003,0
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	23,5%	22,8%	22,4%	22,1%	21,6%	21,8%	21,8%	21,3%	21,8%	21,2%	21,4%	22,0%	22,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Abr/2000	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2001
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	96.043,5	97.257,6	94.501,7	95.198,3	97.331,3	97.784,9	101.421,9	103.813,1	105.519,3	109.393,3	113.217,2	118.261,8	121.242,3
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	61.040,7	61.682,3	59.296,8	57.728,5	49.463,2	49.732,6	50.797,5	51.888,0	51.776,8	50.562,2	52.374,7	50.674,6	50.355,9
Brazil Investment Bond (BIB)	1.455,5	1.455,1	1.434,0	1.348,8	1.246,4	981,9	1.016,7	788,9	787,2	793,6	823,4	836,8	845,7
Interest Due and Unpaid (IDU)	2.985,7	3.018,5	1.487,3	1.466,5	1.506,6	1.523,4	1.577,4	1.619,2	1.615,7	-	-	-	-
Par Bond (PB)	6.544,4	6.602,2	6.506,1	6.415,0	5.427,3	5.487,7	5.682,1	5.820,2	5.866,9	5.999,2	4.866,6	4.918,7	4.918,7
Discount Bond (DB)	6.779,1	6.853,7	6.753,9	6.659,4	6.247,7	6.317,3	6.541,1	6.714,4	6.700,0	6.753,8	7.007,7	4.899,6	4.952,0
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.985,9	3.018,8	2.974,9	2.787,7	1.163,4	1.176,3	1.218,0	1.250,3	1.247,6	1.257,6	1.304,9	1.379,2	1.393,9
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	14.802,6	14.965,6	14.747,7	14.541,2	12.859,2	13.002,3	13.110,2	13.457,7	13.428,9	13.536,7	14.045,6	14.280,3	14.432,9
Debt Conversion Bond (DCB)	14.435,1	14.594,1	14.381,6	14.180,2	11.631,8	11.758,3	12.174,8	12.496,3	12.469,5	13.040,5	13.680,7	13.826,9	13.826,9
New Money Bond (NMB)	4.045,3	4.089,9	4.030,3	3.776,5	3.271,7	3.308,1	3.425,2	3.516,0	3.508,5	3.536,7	3.669,6	3.878,5	3.889,3
Eligible Interest (EI)	7.007,1	7.084,2	6.981,1	6.553,2	6.109,1	6.177,1	6.052,0	6.212,4	6.199,1	6.248,9	6.483,8	6.852,8	6.296,4
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	35.002,8	35.575,3	35.204,9	37.469,8	47.868,2	48.052,3	50.624,3	51.925,1	53.742,5	58.831,1	60.842,5	67.587,2	70.886,4
Bônus Samurai	500,3	507,7	508,7	485,7	511,9	510,6	524,1	531,3	511,5	507,0	522,0	-	-
Bônus Global	1.355,0	1.370,0	1.350,0	1.331,1	1.367,6	1.382,8	1.431,8	1.469,7	1.478,3	1.478,3	1.533,9	1.621,2	1.638,5
Bônus Marco Alemão 2007	898,1	908,0	894,8	882,2	906,4	916,5	948,9	873,9	939,7	940,7	965,1	976,3	990,6
Bônus Paralel Franco	251,1	261,0	261,5	250,6	246,8	248,2	246,9	260,6	280,2	280,5	287,8	291,1	295,4
Bônus Paralel Florim	299,0	310,8	311,4	298,4	293,9	295,5	294,0	310,3	333,6	334,0	342,6	346,6	351,7
Bônus Paralel Xelim	254,9	257,7	253,9	250,4	252,2	260,1	269,3	248,4	267,1	267,4	274,4	277,5	281,6
Bônus Global 2027	6.323,5	6.393,1	6.300,0	6.211,8	6.381,9	6.453,0	6.681,5	6.858,6	6.843,9	6.898,9	7.158,2	7.565,6	7.646,5
Bônus Eurolira	680,4	687,9	677,8	668,3	686,6	694,3	718,9	662,0	711,9	712,6	731,1	739,6	750,4
Bônus Eurosterling 2007	421,3	410,2	410,2	399,6	396,5	408,7	415,4	419,6	438,7	433,1	443,6	463,5	469,8
Bônus Euro 2003	825,4	857,8	859,5	823,6	811,2	815,8	811,6	856,5	920,9	921,9	945,8	956,8	970,8
Bônus Global 2008	673,6	681,0	671,1	661,7	679,8	687,4	711,7	655,5	704,8	705,5	723,8	732,2	743,0
Bônus Marco Alemão 2008	2.258,4	2.283,3	2.250,0	2.218,5	2.279,3	2.304,6	2.386,3	2.449,5	2.444,3	2.463,9	2.556,5	2.702,0	2.730,9
Bônus Global 2004	5.420,1	5.479,8	5.400,0	5.324,4	5.470,2	5.531,1	5.727,0	5.878,8	5.866,2	5.913,3	6.135,6	6.484,8	6.554,1
Bônus Euro 2002	1.320,7	1.372,5	1.375,2	1.317,7	1.297,9	1.305,3	1.298,6	1.370,4	1.473,4	1.475,0	1.513,2	1.530,8	1.553,3
Bônus Euro 2004	825,4	857,8	859,5	823,6	811,2	815,8	811,6	856,5	920,9	921,9	945,8	956,8	970,8
Bônus Global 2009	3.613,4	3.653,2	3.600,0	3.549,6	3.646,8	3.687,4	3.818,0	3.919,2	3.910,8	3.942,2	4.090,4	4.323,2	4.369,4
Bônus Euro 2006	1.155,6	1.201,0	1.203,3	1.153,0	1.424,2	1.142,1	1.136,3	1.199,1	1.289,2	1.290,6	1.324,1	1.339,5	1.359,1
Bônus Euro 2001	990,5	1.029,4	1.031,4	988,3	973,4	978,9	974,0	1.027,8	1.105,0	1.106,2	1.134,9	1.148,1	1.165,0
Bônus Global 2020	1.806,7	1.826,6	1.800,0	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4	1.971,1	2.045,2	2.161,6	2.184,7
Bônus Euro 2010	1.238,2	1.286,8	1.289,2	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2
Bônus Global 2030	2.890,7	2.922,6	2.880,0	2.839,7	2.917,4	2.949,9	3.054,4	3.135,4	3.128,6	3.153,8	3.272,3	3.458,6	3.495,5
Bônus Samurai 2003	1.000,5	1.015,5	1.017,5	971,5	1.023,9	1.021,1	1.048,3	1.062,6	1.023,0	1.014,0	1.044,0	1.046,5	1.059,3
Bônus Euro 2005	-	-	-	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2
Bônus Global 2007	-	-	-	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4	1.971,1	2.045,2	2.161,6	2.282,5
Bônus Global 2040	-	-	-	-	9.403,8	9.508,5	9.845,3	10.106,3	10.084,6	10.165,6	10.547,7	11.148,0	11.267,2
Bônus Euro 2007	-	-	-	-	-	-	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2
Bônus Samurai 2006	-	-	-	-	-	-	-	-	1.023,0	1.014,0	1.044,0	1.046,5	1.059,3
Bônus Global 2006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.956,7	3.067,8	3.242,4	3.277,1
Bônus Euro 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.843,7	1.891,5	1.913,5	1.941,6
Bônus Global 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.647,4	4.697,1
Bônus Samurai 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.412,4
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	(4.515,6)	(4.506,1)	(4.504,1)	(4.542,8)	(4.816,4)	(4.707,2)	(4.368,6)	(4.589,5)	(4.674,9)	(4.686,8)	(4.953,6)	(5.140,5)	(3.416,7)
III. DÍVIDA CONTRATUAL	34.724,2	35.073,3	35.290,8	34.990,8	35.841,9	36.092,9	37.028,8	37.711,1	37.274,7	38.482,2	39.811,3	41.284,3	41.695,1
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	(824,3)	(835,8)	(949,3)	(952,1)	(976,3)	(864,5)	(889,0)	(986,3)	(938,2)	(911,4)	(926,9)	(988,0)	(986,2)
V. TOTAL (I+II+III+IV)	125.427,8	126.988,9	124.339,1	124.694,2	127.380,5	128.306,1	133.193,0	135.948,3	137.180,9	142.277,3	147.147,9	153.417,7	158.534,4
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	12,5%	12,5%	12,1%	12,0%	12,1%	12,1%	12,4%	12,6%	12,6%	12,9%	13,2%	13,7%	13,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Abr/2000	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2001
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	477.764,8	480.548,7	492.767,4	509.864,8	516.609,4	523.275,0	525.036,8	521.192,5	528.502,9	537.388,0	539.415,9	552.088,0	555.445,7
I. Dívida com Mercado	373.303,2	385.053,5	390.144,3	392.328,1	392.672,8	399.816,7	402.309,9	397.808,4	398.862,8	399.958,7	399.951,7	408.568,7	412.165,4
LTN	64.721,0	61.290,2	65.432,2	68.607,6	72.461,4	77.352,9	79.522,0	74.508,5	75.438,0	74.086,8	71.940,0	75.490,9	68.038,1
LFT	186.330,2	194.760,1	206.642,7	206.883,1	199.262,0	202.021,7	201.706,1	202.450,3	204.850,2	206.989,3	209.985,4	213.532,9	223.188,7
LFT-A	18.065,9	18.295,2	18.506,7	18.821,6	18.978,7	19.101,7	19.237,3	19.360,0	19.478,4	19.610,3	19.693,3	19.809,6	19.939,7
LFT-B	25.842,0	36.981,7	35.967,3	35.073,4	36.014,6	36.229,3	36.401,4	36.470,4	36.530,1	32.697,9	30.806,0	30.723,2	30.388,1
LFT-E	1.345,5	1.365,6	1.384,7	1.349,7	1.368,7	1.039,9	1.053,3	1.030,5	914,1	925,7	935,1	946,9	958,1
NTN-A	7.390,7	7.525,4	7.451,3	7.382,9	7.622,6	7.975,3	8.397,9	8.884,1	8.874,0	8.937,1	9.287,4	9.776,4	9.987,0
NTN-C	4.301,3	4.406,6	4.335,6	4.641,1	5.343,6	5.913,5	6.454,0	6.805,3	7.022,5	12.141,4	14.983,4	15.950,5	17.478,4
NTN-D	25.398,6	24.966,6	23.811,2	22.743,1	22.170,3	20.486,9	19.733,8	18.058,1	15.000,5	13.389,9	11.167,5	10.879,1	10.995,5
NTN-H	2.062,7	2.066,6	2.071,7	2.074,9	2.078,5	2.082,0	2.083,7	2.383,3	2.386,4	2.388,3	2.390,5	2.407,9	2.086,1
NTN-I	1.362,8	1.288,9	1.302,3	1.331,1	1.321,9	1.292,9	1.449,5	1.528,3	1.782,7	1.773,8	1.798,5	1.860,4	1.860,9
NTN-P	10.643,4	10.720,8	10.690,1	10.760,3	10.834,6	10.927,2	10.999,0	11.042,5	11.109,3	11.178,8	11.234,8	11.308,7	11.379,8
NTN-S	14.821,1	8.847,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFT-A	8.386,8	8.633,2	8.610,8	8.796,1	11.282,0	11.418,5	11.353,9	11.306,7	11.418,6	11.699,3	11.528,2	11.504,2	11.524,3
CFT-D	768,6	2.088,1	2.024,5	1.961,0	1.948,5	1.960,6	1.967,4	1.963,5	1.948,0	1.985,3	2.036,9	2.145,7	2.147,3
Demais	1.862,5	1.816,8	1.913,2	1.902,4	1.985,5	2.014,3	1.950,5	2.016,9	2.110,0	2.154,7	2.164,6	2.232,3	2.193,3
II. Dívida com BACEN	57.956,0	95.495,3	102.623,1	117.536,7	123.936,6	123.458,3	122.726,9	123.384,0	129.640,1	137.429,3	139.464,3	143.519,3	143.280,3
LTN	3.075,3	27.859,9	27.400,9	34.293,2	39.910,4	39.043,9	37.594,7	34.414,4	37.245,7	28.589,8	29.623,2	31.764,0	31.165,2
LFT	38.698,2	9.601,5	16.902,2	24.053,6	24.348,5	24.332,9	24.620,2	28.081,3	31.186,1	34.546,3	34.416,7	35.478,9	35.407,7
LFT-A	14.449,3	56.269,8	56.689,1	57.060,9	57.490,4	57.814,5	58.176,5	58.497,6	58.804,7	59.151,7	59.592,4	59.688,5	59.983,3
NTN-A	1.729,3	1.760,1	1.626,8	1.528,3	1.584,3	1.663,0	1.730,4	1.784,9	1.797,1	1.794,9	1.890,0	1.824,4	1.826,0
NTN-D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.739,3	13.335,3	14.156,3	14.290,7
Demais	4,0	4,0	4,0	600,6	603,0	603,9	605,2	605,9	606,5	607,3	606,6	607,3	607,5
III. Títulos em Tesouraria	46.505,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mercado/PIB	37,2%	37,9%	37,9%	37,6%	37,2%	37,7%	37,6%	36,8%	36,6%	36,3%	36,0%	36,4%	36,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Abr/2000	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2001
I. INTERNA	-65.964,2	-68.519,7	-69.744,9	-71.360,8	-72.055,3	-72.621,2	-73.953,7	-75.489,3	-76.111,5	-78.348,8	-79.418,8	-79.700,8	-79.942,3
Dívida contratual	615,3	625,2	627,9	622,2	622,2	628,4	638,7	638,4	714,0	832,0	861,9	878,1	881,0
FAT	-47.039,5	-49.000,8	-49.547,5	-50.894,2	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7
Aplicações financeiras	-2.271,0	-2.322,5	-2.603,7	-2.693,2	-2.781,0	-2.750,6	-2.858,9	-2.383,0	-2.388,7	-2.486,8	-2.601,4	-2.694,8	-2.450,5
Fundos Regionais	-11.524,0	-12.069,6	-12.245,6	-12.397,4	-12.623,3	-12.828,6	-13.040,8	-13.222,0	-13.429,8	-13.711,4	-13.900,9	-14.098,1	-14.314,1
Demais	-5.745,1	-5.752,1	-5.976,0	-5.998,2	-6.043,6	-6.197,8	-6.315,8	-7.274,4	-7.404,2	-7.507,4	-7.507,8	-6.747,4	-6.721,1
II. EXTERNA	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2
Disponibilidades	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-66.788,5	-69.355,5	-70.694,1	-72.312,9	-73.031,6	-73.485,7	-74.842,7	-76.475,6	-77.049,8	-79.260,2	-80.345,7	-80.688,8	-80.928,6
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-6,6%	-6,8%	-6,9%	-6,9%	-6,9%	-6,9%	-7,0%	-7,1%	-7,1%	-7,2%	-7,2%	-7,2%	-7,1%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em abril, foram 17,6% maiores que os valores distribuídos no mês de março/2001. Contribuiu para esse resultado, a ocorrência de duas arrecadações do IRRF (dias 21 e 28) no período de 21 a 31.03.2001, base de cálculo da 1ª cota de abril, e também o aumento na arrecadação do IPI no primeiro decêndio de abril de 2001 em comparação com igual período de março/2001.

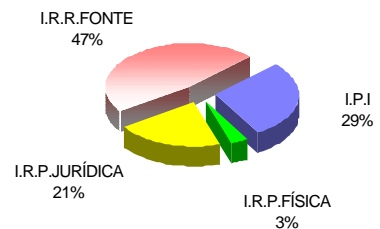
Em relação ao mesmo mês de 2000, o FPM e o FPE apresentaram um acréscimo nominal de 4,8%. A expectativa é de que no ano de 2001, o FPM e o FPE tenham, em relação ao ano de 2000, um crescimento de 8,0%, em termos nominais.

As transferências por conta do IPI apresentaram, em abril, acréscimo de 13,9% em comparação aos valores transferidos no mês de março/2001. Relativamente a abril/00, observou-se um aumento nominal de 7,8%. A estimativa anual de variação do IPI em relação a 2000 é, em termos nominais, de um crescimento de 7,0%.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em abril, os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/FNE/FCO



DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

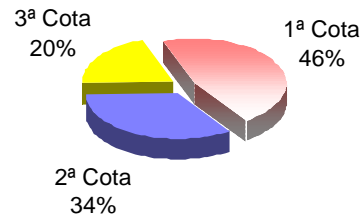
DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	ABR	MAR	JAN A ABR	ABR/01 MAR/01	ABR/01 ABR/00	JAN A ABR/01 JAN A ABR/00
2000	1.387,5	1.337,7	5.304,0	-	-	-
2001	1.455,3	1.237,3	5.835,3	+17,6%	+4,8%	+10,0%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	ABR	MAR	JAN A ABR	ABR/01 MAR/01	ABR/01 ABR/00	JAN A ABR/01 JAN A ABR/00
2000	1.325,8	1.278,3	5.014,6	-	-	-
2001	1.390,6	1.182,3	5.576,0	+17,6%	+4,8%	+11,1%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO

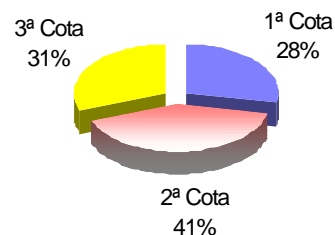


PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 611/00, de 18.12.00 (DOU de 21.12.00) os créditos no mês de **abril** foram efetuados nas seguintes datas: **10/04, 20/04 e 30/04**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
ABR	+11,0%	+17,6%	+11,0%	+17,6%	+8,5%	+13,9%

IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de março a 20 de abril, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Mar.	455,0	2.527,7	2.982,7						
ABR/2001	1.677,0	5.587,6	7.264,7	ABR/2001	6.467,9	1.182,0	1.237,0	138,3	451,3
1º Dec./Abr.	669,7	1.521,5	2.191,2	3º Dec./Mar.	2.982,7	545,1	570,4	38,7	203,7
2º Dec./Abr.	502,5	791,5	1.294,0	1º Dec./Abr.	2.191,2	400,4	419,1	56,9	154,7
3º Dec./Abr.	504,9	3.274,6	3.779,5	2º Dec./Abr.	1.294,0	236,5	247,5	42,7	92,9

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Conforme decisão judicial, desde maio/99 o município de Recife (PE) não vem participando do FUNDEF, assim como os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires (desde o 3º decêndio de agosto/99), Irapuru (a partir do 1º decêndio de dezembro/99) e Santo Anastácio (a partir do 1º decêndio de janeiro/2000), e Ilha Solteira (a partir do segundo decêndio de abril/2000) e o município gaúcho de Campina das Missões (a partir do segundo decêndio de abril/2000). (3) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM (1)	FPE (1)	IPIEXP (1)	FUNDEF UNIÃO (2)
AC	6.798,00	40.436,42	3,94	8.376,94
AL	29.345,68	49.172,62	54,28	14.860,21
AM	16.448,02	32.982,69	3.219,87	9.742,49
AP	4.677,45	40.330,04	33,04	8.130,30
BA	112.055,81	111.063,63	7.373,75	55.707,01
CE	63.257,09	86.722,58	1.527,58	29.487,27
DF	2.977,74	8.158,20	7,93	2.329,08
ES	22.055,49	17.730,09	7.155,66	10.192,37
GO	46.026,92	33.605,61	869,04	14.783,59
MA	50.001,32	85.319,54	2.101,15	35.066,52
MG	161.200,21	52.652,45	21.125,57	47.243,69
MS	18.810,41	15.744,32	531,92	6.744,49
MT	23.935,41	27.279,51	951,75	9.935,90
PA	44.949,70	72.244,19	7.159,14	30.062,42
PB	39.919,03	56.605,08	305,89	17.216,35
PE (3)	64.048,05	81.560,76	884,04	24.883,30
PI	30.650,09	51.079,20	152,63	16.976,25
PR	84.235,87	34.079,59	12.811,83	27.653,90
RJ	37.534,24	18.057,50	7.078,04	13.724,36
RN	30.621,09	49.383,02	376,49	14.321,08
RO	11.166,92	33.280,56	176,29	7.986,43
RR	4.896,69	29.322,02	6,08	6.056,79
RS	83.860,27	27.833,87	23.174,06	28.208,62
SC	48.590,45	15.127,31	13.445,14	15.224,74
SE	17.847,77	49.115,89	99,00	11.946,71
SP (4)	164.046,80	11.820,06	27.661,80	49.268,91
TO	18.829,68	51.299,05	23,10	12.414,97
TOTAL	1.238.786,22	1.182.005,79	138.308,99	528.544,71

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) O município de Recife não vem participando do FUNDEF, desde maio/99, conforme decisão judicial. (4) Pelo mesmo motivo, os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires, a partir do 3º decêndio de agosto, Irapuru, a partir do 1º decêndio de dezembro/99 e Santo Anastácio, desde o 1º decêndio de janeiro/2000, e desde o 2º decêndio de abril/2000, Ilha Solteira (SP) e Campina das Missões (RS) também deixaram de participar do FUNDEF.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões estão sujeitas a possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	MAI/ABR	JUN/MAI	JUL/JUN
FPM	+ 7,0%	- 25,0%	- 3,0%
FPE	+ 7,0%	- 25,0%	- 3,0%
IPI-EXP	- 5,0%	+ 8,0%	- 16,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

ESTIMATIVA ANUAL

A estimativa de variação nominal das Transferências Constitucionais abaixo relacionadas, em relação a 2000, é a seguinte:

Fundo	2001/2000
FPM	+ 8,0 %
FPE	+ 8,0 %
IPI-EXP	+ 7,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações. Não inclui dedução para o FUNDEF (15%).

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Jun/2000	28/07/00	Nov/2000	27/12/00
Jul/2000	30/08/00	Dez/2000	29/01/01
Ago/2000	27/09/00	Jan/2001	23/02/01
Set/2000	24/10/00	Fev/2001	23/03/01
Out/2000	23/11/00	Mar/2001	26/04/01

Coordenação-Geral de Programação Financeira - COFIN
Fone: (061) 412.3122/3123/3124 Fax: (061) 412.3126
Email: stndirev@fazenda.gov.br

ABRIL/2001

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de abril apresentaram um decréscimo de 5,2% quando comparados aos do mês anterior. Contribuiu para isso a menor transferência de recursos para estados e municípios em 10,3%, em relação ao mês anterior, por conta dos recursos originários do ICMS.

Com relação à Complementação da União, a variação de menos 49,9% em relação ao mês anterior, deve-se ao fato de que em março foram liberadas duas parcelas, uma por conta de fevereiro (01.03.01) e outra referente ao próprio mês de março (30.03.01).

R\$ Mil

Origens	Março	Partic.	Abril	Partic.	Abr/ Mar
FPM	183.846,9	11,1%	216.492,2	13,8%	17,8%
FPE	177.065,1	10,7%	208.709,2	13,3%	17,9%
IPI-EXP	21.426,2	1,3%	24.388,1	1,6%	13,8%
LC 87/96 LC 102/00	44.630,4	2,7%	44.616,5	2,8%	0,0%
Compl. União	68.583,4	4,2%	34.338,8	2,2%	-49,9%
ICMS	1.155.988,2	70,0%	1.037.058,9	66,2%	-10,3%
Total	1.651.540,2	100%	1.565.603,7	100%	-5,2%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

PREVISÃO BIMESTRAL

UF	MAI/ABR	JUN/MAI	UF	MAI/ABR	JUN/MAI
AC	2%	-23%	PB	2%	-17%
AL	-3%	-13%	PR	-10%	-12%
AP	0%	-20%	PE	2%	-10%
AM	-3%	-1%	PI	-2%	-17%
BA	-15%	-9%	RJ	-24%	0%
CE	18%	-14%	RN	-5%	-16%
DF	6%	-21%	RS	-11%	0%
ES	-5%	18%	RO	-8%	-39%
GO	-10%	-13%	RR	-12%	-17%
MA	-3%	-16%	SC	-19%	-6%
MT	-6%	-20%	SP	-18%	6%
MS	-15%	-21%	SE	-7%	-17%
MG	-17%	-7%	TO	0%	-22%
PA	-9%	-15%			

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
Fone: (61) 412.3121/3122/3123/3124 Fax: (61) 412.3126
Email: stndirev@fazenda.gov.br

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibilizou vários canais de comunicação. As questões relativas ao Fundo podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 225-8582
- por meio de E-mail: fundef@sef.mec.gov.br
- por correspondência endereçada ao:

Departamento de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 500
70.047-900 – Brasília - DF

EXECUÇÃO DO FUNDEF ATÉ MARÇO/2001

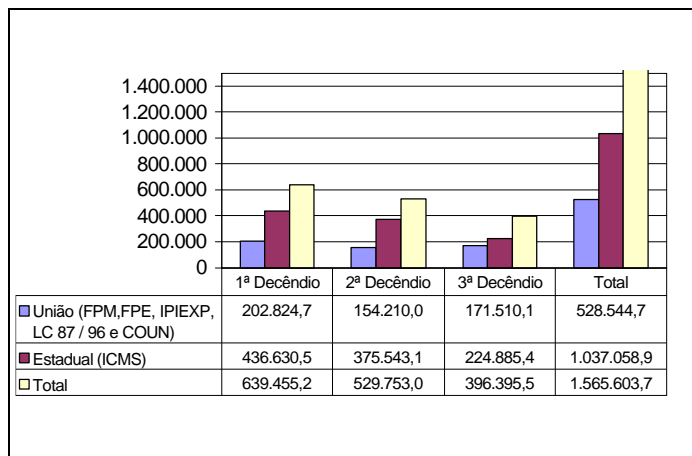
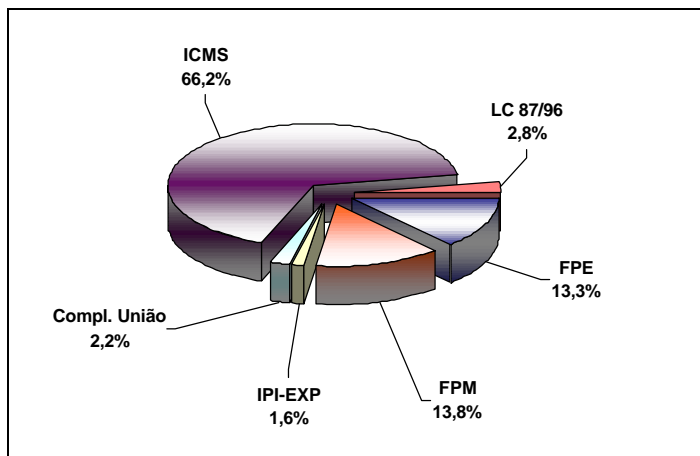
UF	Total Anual Previsto (R\$mil)	Total Executado até Abril (R\$mil)	% Executado
AC	109.853,2	38.988,8	35%
AL	243.626,3	89.434,9	37%
AP	102.614,0	37.609,8	37%
AM	299.014,8	107.541,2	36%
BA	1.195.536,6	425.975,9	36%
CE	605.150,5	213.392,2	35%
DF (1)	155.168,4	9.623,9	6%
ES	375.588,4	125.709,4	33%
GO	459.744,6	178.853,0	39%
MA	533.836,5	176.529,1	33%
MT	274.637,5	104.425,0	38%
MS	208.140,1	84.096,0	40%
MG	1.617.517,1	618.853,0	38%
PA	526.464,5	185.665,2	35%
PB	306.867,2	115.521,1	38%
PR	829.120,7	301.338,4	36%
PE	595.101,9	212.281,1	36%
PI	260.470,4	89.663,9	34%
RJ	1.329.149,6	523.854,9	39%
RN	260.369,9	97.806,4	38%
RS	1.106.638,6	416.500,2	38%
RO	148.717,2	57.440,0	39%
RR	80.825,8	30.315,1	38%
SC	548.739,7	218.106,5	40%
SP	4.697.826,1	1.762.393,5	38%
SE	200.695,7	76.471,4	38%
TO	174.247,5	64.706,3	37%
TOTAL	17.245.662,8	6.363.096,0	37%

(1) Não há informação de distribuição da parcela de ICMS no período de janeiro a abril de 2001.

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - ABRIL/2001 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.730	7.135,8	1.199,6	0,7	0,0	40,8	1.451,5	9.828,5	71,4	284,0
AL	667.007	8.752,1	5.196,2	9,6	524,9	377,4	6.687,9	21.548,1	32,3	134,4
AM	630.642	5.820,5	2.902,6	568,2	0,0	451,2	14.990,4	24.732,9	39,2	172,9
AP	116.231	7.117,1	825,4	5,8	0,0	182,0	1.226,5	9.356,8	80,5	324,1
BA	3.527.787	19.685,4	19.851,3	1.301,3	13.205,1	1.663,9	54.255,8	109.962,8	31,2	120,9
CE	1.698.971	15.304,0	11.163,0	269,6	2.021,5	729,2	13.307,1	42.794,3	25,2	125,2
DF(2)	321.563	1.439,7	525,5	1,4	0,0	362,5	0,0	2.329,1	7,2	28,3
ES	542.389	3.128,8	3.892,1	1.262,8	0,0	1.908,6	18.997,4	29.189,8	53,8	232,4
GO	1.044.232	5.923,5	8.110,2	153,2	0,0	596,7	30.213,8	44.997,4	43,1	171,3
MA	1.544.447	15.056,4	8.823,8	370,8	10.064,0	751,6	9.015,3	44.081,9	28,5	114,3
MG	3.433.497	9.291,6	28.447,1	3.728,0	0,0	5.777,0	108.241,5	155.485,2	45,3	179,5
MS	420.557	2.778,4	3.319,5	93,9	0,0	552,7	16.227,6	22.972,1	54,6	200,2
MT	576.334	4.759,4	4.154,3	166,4	0,0	855,8	16.179,2	26.115,1	45,3	181,4
PA	1.546.627	12.749,0	7.932,3	1.263,4	6.164,2	1.953,6	16.405,3	46.467,7	30,0	120,1
PB	814.623	9.989,1	7.044,5	54,0	0,0	128,7	8.564,2	25.780,5	31,6	142,0
PE	1.579.456	14.393,1	9.729,7	156,0	0,0	604,5	23.547,2	48.430,6	30,7	130,3
PI	723.848	9.034,8	5.420,5	26,9	2.358,9	135,0	5.697,2	22.673,5	31,3	124,0
PR	1.573.083	6.014,0	14.865,1	2.260,9	0,0	4.513,8	53.164,6	80.818,5	51,4	191,7
RJ	2.008.289	3.207,6	6.642,0	1.249,1	0,0	2.625,7	119.211,9	132.936,2	66,2	261,0
RN	594.181	8.696,1	5.396,4	66,4	0,0	162,1	9.134,8	23.455,8	39,5	164,9
RO	301.839	5.873,0	1.970,6	31,1	0,0	111,6	5.847,1	13.833,6	45,8	190,8
RR	78.462	5.174,5	864,1	1,1	0,0	17,1	2.222,3	8.279,1	105,5	379,1
RS	1.596.324	4.909,5	14.747,7	4.071,9	0,0	4.479,5	66.646,9	94.855,5	59,4	260,7
SC	908.259	2.669,5	8.574,8	2.372,7	0,0	1.607,8	38.991,2	54.216,0	59,7	240,5
SE	395.309	8.667,5	3.149,6	17,5	0,0	112,1	7.028,3	18.975,0	48,0	193,7
SP	5.486.865	2.085,9	28.421,2	4.881,5	0,0	13.880,3	386.250,1	435.519,1	79,4	320,9
TO	323.383	9.052,8	3.322,9	4,1	0,0	35,2	3.553,7	15.968,7	49,4	200,5
Total	32.591.935	208.709,2	216.492,2	24.388,1	34.338,8	44.616,5	1.037.058,9	1.565.603,7	48,0	195,0

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 2.188, de 28.12.2000 (DOU de 29.12.2000). (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Valores de Estados e Municípios (4) A parcela da complementação da União destinada ao estado da Paraíba, conforme Portaria MF nº 27/01 de 30.01.01 não foi creditada por falta de dotação orçamentária específica para a finalidade.

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.